

*Por favor enviar ao Bloco de Esquerda
o Presidente do Grupo Parlamentar
o BLEN. Cf. 2001/03/06*



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

REQUERIMENTO N.º 976/VIII (2.ª) + AG

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
2001/03/06

ASSUNTO: Condições de Exploração do MARL

Apresentado por: Helena Neves (Bloco de Esquerda)

Dirigido a: Ministério da Economia

Data: 2001-03-01

Foi recebida nas instalações deste Grupo Parlamentar uma delegação de representantes de operadores do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa que fez entrega de um abaixo-assinado contendo algumas centenas de assinaturas, dando conta de “quedas abruptas no volume de vendas” e “exigindo o encerramento imediato – conforme aliás, tinha sido prometido – dos Mercados “paralelos” que funcionam clandestinamente na Região de Lisboa”.

Considerando que a construção e o início de exploração do MARL assentou num conjunto de pressupostos de ordem económica e social que visavam introduzir maior racionalidade no funcionamento do sistema de abastecimento de produtos alimentares à Região da Grande Lisboa, através da criação de uma grande plataforma logística e, dessa forma, contribuir para a simplificação e racionalização dos

À *H. Neves*
Para preparar o expediente
2001/3/5
O Chefe de Divisão
H. Neves

Associação da República Gabinete do Presidente
N.º de entrada 1332
Classificação 05.05.03
2/3/01

diferentes circuitos de distribuição grossista na Região, solicito ao Ministério da Economia a prestação dos seguintes esclarecimentos:

- Qual o programa e respectivos prazos de instalação e funcionamento do MARL e qual a sua articulação com a extinção e/ou manutenção em funcionamento dos restantes mercados abastecedores da Região de Lisboa? Houve (ou não) uma alteração no enquadramento estratégico que justificou a construção do MARL, nomeadamente por via da recusa anunciada de transferência do mercado da Docapesca de Pedrouços para o MARL?
- Que razões para essa alteração, que impactes produziu essa alteração e que estratégia para o futuro do MARL? Face ao anúncio de um responsável da Câmara Municipal de Lisboa (entrevista do Vereador Fontão de Carvalho ao Semanário em 7 de Junho de 2000), confirma-se (ou não) uma perspectiva de privatização total ou parcial do MARL? Se sim, em que termos?
- Quais os pressupostos de ordem económica e social que justificaram a elaboração e assinatura dos diferentes contratos de instalação e funcionamento dos diferentes operadores no MARL e, em que medida, esses contratos são (ou não) susceptíveis de serem ajustados em função dos níveis da clientela? Existe (ou não) situações de favorecimento contratual e de desigualdade concorrencial entre os vários operadores do

mercado, nomeadamente face aos grandes operadores aí instalados ou em vias de o fazer, nacionais ou estrangeiros?

- Para quando a finalização de todas as infra-estruturas de acesso e equipamentos no recinto do MARL, bem como para quando a oferta de transportes públicos regulares que assegurem a acessibilidade ao MARL para todos aqueles que aí trabalham?

A deputada



Helena Neves